

Geografia
e Cultura

MANEIRAS DE LER GEOGRAFIA E CULTURA

*Álvaro Luiz Heidrich
Benhur Pinós da Costa
Cláudia Luisa Zeferino Pires
(Organizadores)*



MANEIRAS DE LER

GEOGRAFIA E CULTURA

MANEIRAS DE LER

GEOGRAFIA E CULTURA

Álvaro Luiz Heidrich
Benhur Pinós da Costa
Cláudia Luisa Zeferino Pires
(Organizadores)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa do autor ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Compasso Lugar-Cultura

Editora-chefe

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Conselho Editorial

Álvaro Heidrich

Carlos Henrique Aigner

Cláudia Luiza Zeferino Pires

Dilermando Cattaneo da Silveira

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Elisabeth Helena Coimbra Matheus

Jaeme Luiz Callai

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Helena Copetti Callai

Laurindo Antonio Guasselli

Nelson Rego

Roberto Verdum

Rosa Maria Vieira Medeiros

(51) 3208-1971

Rua Baronesa do Gravataí, 612

Cidade Baixa – Porto Alegre/RS

www.compassolugarcultura.com

compassolugarcultura@gmail.com

twitter.com/compasso_lcult

Editora Imprensa Livre

Projeto gráfico e diagramação

Editora-chefe

Karla Viviane

Equipe Editorial

Ane Sefrin Arduim

Augusto Barros

Nathalia Rech

(51) 3249-7146

Rua Comandaí, 801

Cristal – Porto Alegre/RS

www.imprensalive.net

imprensalive@imprensalive.net

facebook.com/imprensalive.editora

twitter.com/editoraimpresa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M274 Maneiras de ler : geografia e cultura [recurso eletrônico] / Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). – Porto Alegre : Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013.
364 Kb ; PDF.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7697-367-6

1. Geografia - Cultura. 2. Geografia - Pesquisa. 3. Geografia humana. 4. Geografia - Espaço. 5. Geografia - Território. 6. Patrimônio cultural. I. Heidrich, Álvaro Luiz. II. Costa, Benhur Pinós da. III. Pires, Cláudia Luisa Zeferino.

CDU 91:001.891

CDD 910.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia : Pesquisa 91:001.891

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

TERRITÓRIO E CULTURA: ARGUMENTO PARA UMA PRODUÇÃO DE SENTIDO.

ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

alvaro.heidrich@ufrgs.br

A forte atenção por estudos da cultura pela Geografia tem sido compreendida como uma retomada da Geografia Cultural¹, muito embora o enfoque predominante da abordagem atual seja bastante distinto das formulações que lançaram as bases dessa disciplina. De um inventário de diversos matizes há cerca de trinta anos, avança-se bastante em estudos que indagam os sentidos da vida humana. Um importante desses sentidos nos traz o compromisso de compreender as propensões para o intercâmbio entre as sociedades e a generalização de práticas e concepções ocidentais pelo mundo, coexistentes ao ineditismo, a tradições e etnicidades diversas. Não poucas vezes o cruzamento de uma e outra destas manifestações é o que enlaça desafios a serem destrinchados.

Ao mesmo tempo em que o tema é discutido em todo campo das humanidades, a natureza do problema traz destacado interesse na Geografia e implica em revisão de concepções tradicionais. Desse modo, se paisagens regionais e modos de vida já apresentaram forte coerência entre si e mesmo que se mantenham fortalecidos os traços de coesão comunitária e étnica em muitos lugares, cada vez mais se nota a profusão de estilos de viver compartilhando o mesmo espaço e a sobreposição de territorialidades e temporalidades. O relevo que isso ganha também é dado pela ampliação dos meios e processos de comunicação, muito em função de que as tecnologias em uso permitem ultrapassar as territorialidades originais da linguagem. Não obstante, tanto quanto são mais notáveis os intercâmbios entre lugares distantes, são também as diferenças e os isolamentos no âmbito local, como nos adverte Paul Claval (2001).

Tudo que concebemos como geográfico é impregnado da articulação de dois sentidos: o denotativo e o conotativo. O que é geográfico, ao mesmo tempo em que é revelador de uma feição, também é de uma função e um significado. Qualquer objeto ou ação para os quais movimentamos nosso olhar aparece com importância e validade por causa do sentido humano que possui. Fazemos referência, sofremos, elaboramos compreensão, disputamos

as coisas, festejamos, etc., por meio da linguagem. Com ela compreendemos as coisas a partir de sentidos coletivos, por relações estabelecidas em distintas experiências socioculturais. Com essa consideração, somos levados a pensar que linguagem e comunicação são atributos tão essenciais da cultura, sem os quais não se poderia conceber qualquer manifestação. Como expôs Hans-Georg Gadamer (2002 [1986], p. 173-174)

O homem pode comunicar tudo o que pensa. E mais: é somente pela capacidade de se comunicar que unicamente os homens podem pensar o comum, isto é, conceitos comuns e sobretudo aqueles conceitos comuns, pelos quais se torna possível a convivência humana sem assassinatos e homicídios, na forma de uma vida social, de uma constituição política, de uma convivência social articulada na divisão do trabalho. Isso tudo está contido no simples enunciado: o homem é um ser vivo dotado de linguagem.

Compreendo pelas razões expostas que um aporte teórico que possibilite indagar sobre o sentido que as coisas tomam por diferentes grupos, comunidades ou sociedades e sobre as relações que estabelecemos no espaço, de aproximação e afastamento, adquire importância destacada. Duas abordagens teóricas atualmente em uso na Geografia têm nos aproximado disto: das *representações sociais* e das *territorialidades humanas*. Tem sido crescente nossa atenção para o tema das representações, particularmente nos estudos que valorizam a cultura para a explicação das diferentes geografias (PAULET, 2002; KOZEL, SILVA & GIL Fº, 2007; SERPA, 2008; ALMEIDA, CHAVEIRO & BRAGA, 2008). Os diversos enfoques que colocam o território no centro de nossas reflexões há mais tempo faz parte de nossas preocupações, ao ponto de ser bem aceito como um importante campo de conhecimento e se constituir numa abordagem da Geografia (DI MÉO, 1996; HAESBAERT, 2004; DI MÉO & BULÉON, 2007; SAQUET, 2007; HEIDRICH, COSTA, PIRES & UEDA, 2008; SAQUET & SPOSITO, 2009).

¹ Pode-se ver o debate sobre a chamada renovação, reconstrução e revisão na Geografia Cultural em Correa e Rosendahl (2003); Duncan, Johnson e Schein (2004); e Aitken e Valentine (2006).

Discutir um pouco disto é a pretensão neste texto, de expor alguns apontamentos que interligam a noção de representação à abordagem territorial. O que segue está seccionado em quatro partes: nos dois primeiros itens são tecidos breves comentários sobre representações e território, com a

intenção de deixar mais bem delineado o argumento; no terceiro item proponho uma interpretação sobre nosso envolvimento – pela Geografia – com a cultura; e a seguir discute-se a questão central proposta aqui, que articula território e representações.

REPRESENTAÇÕES: ENTRE FABRICAÇÃO E AUTENTICIDADE

Pretendo registrar neste tópico o contexto em que a representação, como uma noção, aparece articulada à abordagem do território. Muito embora pouca coisa escape ao campo das representações, por que envolve o conhecimento, é o campo da reflexão inexoravelmente ligado ao significado das coisas, à produção da ideia e do sentido. Para Henri Lefebvre (2006, p. 102)

A análise das representações leva o pensamento aos confins do racional, nas cercanias do paradoxo que se limita com o absurdo e, contudo, é distinto do absurdo. A máscara representa alguém: seja um desaparecido, seja alguém distante.

A noção, a ideia em sentido amplo, e o conceito, a concepção precisamente elaborada, estabelecem vínculos fundamentais com o campo cultural, o campo da criação, da compreensão do vivido. Viver implica em representar e ao mesmo tempo transgredir a própria representação. Tem a ver com a produção de significados. O “sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências” (BERGER & LUCKMANN, 2004 [1995], P. 15). Uma vida plena de sentido é naturalmente reconhecível em comunidades pequenas e tradicionais, porém na complexidade do cotidiano moderno, o sentido vem permeado, reelaborado por instituições e meios produtores de ideias e mensagens. Aquilo que não faz parte da compreensão de um pode se tornar presente por meio da exposição da ideia por outro sujeito ou grupo. Para a composição do vivido o diálogo é imprescindível. O que se põe em relação na vida social, ao mesmo tempo em que afeta também é afetado. A

identidade e o espaço público, que constituem aspectos elementares da vida compartilhada, têm seus sentidos elaborados na atividade de comunicação. Desse modo, Sandra Jovchelovitch (2009, p. 81) compreende:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público. Dessa forma, elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se elas próprias, mediações sociais. E enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.

Este – o mundo – é completamente a geografia: nossa formação impregnada de história, conflitos, estruturas, usos, intercâmbios e significados. Fazemos-nos corpo social por meio da compreensão destas experiências, que manifestam sua coesão ao mesmo tempo em que seu conflito interno. Apesar de estarmos embebidos do mundo – portanto, da geografia –, podemos compreendê-lo, não como algo imanente, mas por meio daquilo que ele produz em nossos sentidos. Na compreensão de Ernest Cassirer, não tra-

tamos diretamente das coisas, mas da relação que temos com elas, do que sentimos e compreendemos, por meio da linguagem, da arte, do mito, da ciência e da religião (2005)².

Sylvio Fausto Gil Filho (2005, p. 57) propõe uma Geografia das representações, a qual tomaria as “representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política”. Como expõe, uma Geografia das Representações seria composta por quatro

instâncias analíticas: a percepção da espacialidade; sua concepção; sua representação; e, ainda, a representação como conhecimento analítico, engendrado pela dialética entre o universo consensual e reificado³. Sendo conceituais estes dois universos, a realidade revela imbricações e impurezas entre eles. Também, juntamente com a anteposição entre autenticidade e fabricação, pode-se compreender que as representações estão no centro do entrelace entre cultura e território, que aproximam e afastam uns dos outros, movem intercâmbio e isolamento, multiplicidade e diferença, globalidade e localidade.

TERRITÓRIO: UMA FEIÇÃO DO ESPAÇO

Dentre as relações que vinculam território e cultura são predominantes os enfoques que exploram a compreensão da identidade (BONNE-MAISON, 1997; CLAVAL, 1999; DI MÉO, 1998; DI MÉO & BULÉON 2007; HAESBAERT 2007) e seus referentes, que produzem uma colagem do social ao espaço apropriado. Por outro lado, questiona-se essa relação, por ser causadora de um sepultamento da reflexão sobre o espaço, por um unitarismo do traço da identidade (MOREIRA, 2007).

Porém, a territorialidade humana é uma das feições que expressa possibilidades da Geografia, não a única. Por nossa compreensão, trata-se de uma possibilidade analítica. Diz respeito ao fazer de um ator social, que pode ser uma instituição, um indivíduo ou uma coletividade. Há duas vertentes para a sua compreensão: (a) a territorialização das instituições, por sua capacidade de poder e influência e (b) dos indivíduos, que deriva de uma sutil “alquimia” entre o pessoal e o coletivo (TIZON, 1996). Devemos compreendê-la como uma manifestação própria do humano: como sua expressão em sociedade e cultura. Com este enfoque nos é permitido

(...) evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p. 11).

A territorialidade vista como uma articulação entre essas dimensões implica em certa inseparabilidade das dimensões do que é humano, do que se expressa como poder, como reprodução da vida e como sua representação. Por isso, mesmo quando se desenrolam a partir de distintas instâncias (DI MÉO, *op. cit.*, 2007), provocam relações que abarcam realidades integrais das sociedades e dos sujeitos, seja o que for material como também imaterial. O território é uma feição geográfica, uma expressão da ação e da representação. Tem a ver com a relação entre o ator e espaço, da provocação de um com

² Desse modo, o argumento em discussão não traz o sentido criticado por Doreen Massey (2008), da equivalência entre espaço e representação, vista nas ideias Bergson, Lacan e De Certeau. Como se pretende esclarecer mais adiante, vemos a representação como uma dimensão compositora na nossa experiência no mundo, inseparável da concretude dos objetos e das ações.

³ Universos consensual e reificado, dois campos fundamentais da teoria das representações sociais, conforme Serge Moscovici (2003)

o outro. A representação se refere ao mundo, ao mesmo tempo em que inventa mundos. Conforme Benno Werlen (2000, p. 12)

(...) o fato de que o mundo social é produzido e reproduzido por ações sociais significa que são estas ações, e não o “espaço”, que são constitutivos desse mundo. Um conceito de “espaço” apenas pode proporcionar um padrão de referência através do qual entidades materiais problemáticas e/ou relevantes que têm um impacto nas ações, podem ser reconstituídas e localizadas. Dado que o sujeito é corpóreo, estes padrões materiais são obviamente significantes na maioria das ações. Mas, como eles não são o único fator significativo na ação, as ações não podem ser explicadas através deles.

LEITURAS DA CULTURA

Evidentemente possuímos tradição em abordar a cultura. Como foi compreendido inicialmente pela Geografia, ela era conteúdo das paisagens, reconhecida, caracterizada e comparada. A abordagem foi predominantemente morfológica (HARTSHORNE, 1978, SAUER, 1998) e nossa compreensão do humano foi comumente pautada por sua generalidade – o Homem, a relação Homem-Meio – e o que era específico, compreendido pela relação deste com uma geografia em particular (SORRE, 1963; 1964). As paisagens eram ponto de partida e de chegada e as culturas ressaltadas em sua organização material. O encantamento da descoberta, do que era sensível à observação, trazia com enorme força a necessidade de explicação dos arranjos, das disposições do meio e das diferenças de uso. Já, na atualidade a abordagem da cultura ganha com a aquisição das concepções do espaço, de modo mais geral e abrangente. A mudança paradigmática permite tratar de compreensões além das caracterizações em superfície.

Todavia, a geografia se mantém como conhecimento das formas do espaço. Quais são essas formas? São os delineamentos complexos? múlti-

Para se reconhecer um território necessita-se de algum ato de comunicação (RAFFESTIN, 1988). Quando os sinais não são evidentes na paisagem, a comunicação que a vincula a territórios utiliza sistemas simbólicos, como a escrita, a arte, os grafismos, etc.. De modo geral, os territórios são mais facilmente vistos e percebidos por representações feitas deles por mapas, registros históricos, memórias e pela literatura. Para reconhecer e identificar o território deve-se procurar compreender o que há nele e a quem pertence, seja uma pessoa ou uma instituição. Ele é o espaço, a paisagem e o lugar, tomados como uma posse, um meio geográfico apropriado e compreendido nessa relação. Ganha este sentido à medida que se reporta ao conjunto de atributos conferidos pela natureza criativa que vincula o espaço a usos e ideias. Representações sociais e cultura são essenciais para a compreensão das territorialidades humanas.

plos? Combinatórios? Os signos singulares? E os universais? São a disposição dos objetos, a distribuição e a relação entre eles e nós? As formas do espaço assumem modalidade abstrata, quando relacionadas a ações e representações que se repetem. Exemplos: áreas, trajetos, percursos, pontos (fixos). Porém, as formas, nas suas fontes, suas origens, são essencialmente singulares. São paisagens, cartografias, territórios, seções, etc. Isto nos traz importantes questões: Devemos discutir o conhecimento da forma na sua externalidade ou como uma realidade refletida pela subjetividade. Pode-se separar materialidade da imaterialidade? A ideia não é um reflexo do pensamento sobre o real? O real não é forma produzida pela ação? O concebido não é uma forma da relação materialidade-imaterialidade?

A Geografia é resultado da relação. Somente quando refletido como realidade anterior ao humano o espaço não seria resultado da relação. Mas a geografia sim, ela é marca, grafia (SAHR, 2007). Nossas categorias de análise devem ser, então, as feições-espaço, as feições-conceito, como: *paisagem – meio – espaço – lugar – território*, etc..

Além da feição, da sua morfologia, faz sentido falar da cultura pela ação. Cultura se origina desse sentido: de cultivar; de fazer uma ação no espaço; de transformá-lo; de produzir um habitat, paisagens com identidade, lugares denominados, que falam de si mesmos por serem resultantes de inúmeras formas de mediação (CLAVAL, 1999). A ação transforma e produz forma. Se o que foi elaborado não for consumido, então permanece, se propaga, pode ser capturado, memorializado. Ganha sentido humano o fazer que se torna obra e patrimônio humano (ARENDDT, 1999).

A ação produz a forma. Por esta iniciamos a investigação e buscamos compreender a própria ação. Mas o agir, o ser no mundo, se completa com a compreensão do ato e de sua ligação com a própria permanência, que tem

A ARTICULAÇÃO FORMA-AÇÃO-REPRESENTAÇÃO E O TERRITÓRIO

Em função da condição material da vida humana, ela está diretamente associada à ocorrência e à ação, ou seja: à ocupação de um lugar, vinculado a certa maneira de se realizar. A ocupação com transformação é produtora de habitats, de formas diferenciadas de uso dos recursos. Identificamos um território singular quando em uma determinada área há ocupação por um grupo que o habita e produz um habitat, com características específicas que advêm de uma cultura e de uma forma própria de uso dos recursos existentes. Assim, um importante aspecto do espaço quando ele se configura em território é o seu uso coletivo por uma sociedade.

O uso coletivo do território pode estar associado a alguns fatores como, por exemplo, o estágio técnico em que a sociedade se encontra e como ela se organiza internamente em relação às diferenças sociais e ao estabelecimento das normas sociais. Quanto mais complexas elas são, maior é a propensão para o estabelecimento de usos distintivos do território (SACK, 1986, RAFFESTIN, 1988).

Os vínculos que as sociedades possuem com seus territórios são resultado de uma história. Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivenciam as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado

a ver com a forma, que antes já havia sido descoberta. É uma compreensão coerente, pois resulta da relação entre o sujeito e o espaço. De maneira biunívoca, do ser com o espaço e do espaço com o ser. A representação se refere ao mundo, mas também inventa mundos (LEFEBVRE, 2000, *op. cit.*, 2006).

A compreensão completa uma tríade. Ações e representações são criadoras de morfologias. Morfologias dizem respeito ao fato, que grava cultura no espaço. As representações não são mais do que elaborações de sujeitos com noções do espaço. E, as ações, são realizações dos sujeitos construindo e transformando espaço. Não nos cabe, por isso, esboçar a compreensão isolada, seja da forma, da ação ou da representação. Quando nos reportamos a um ou outro, seria mais adequado aceitar sua imbricação complexa.

e repetido e compreender uma história da qual se participa, constrói uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de convivência e uso. Significa que as pessoas possuem sentimento de pertencimento, a crença entre os sujeitos de que possuem origem comum e que faz sentido intervir na sociedade e no território do qual se faz parte.

Pode-se não conhecer de forma direta a totalidade do território e da sociedade nos quais estamos inseridos, mas se tomamos conhecimento deles, se recebemos notícias por meios de comunicação, tende-se a assimilar a ideia de que essa totalidade nos diz respeito. Se o conjunto da sociedade é afetado como um todo por qualquer fato, então, também somos afetados.

A identidade cultural colabora para a construção desse sentimento. Viemos ao mundo como seres humanos e aos poucos nos tornamos pessoas pertencentes à sociedade. Falar uma mesma língua, compartilhar com os demais membros da sociedade os mesmos valores, ideias e hábitos, são maneiras de se vincular a uma identidade. É um recurso para se diferenciar dos outros, como se faz entre as diferentes nacionalidades.

Nas sociedades modernas, naquelas em que a formação não se baseia na etnicidade de um povo, pode-se desenvolver múltiplas identificações, dada a diversidade de experiências e condições socioeconômicas e culturais.

Mas, há uma única identidade possível de ser compartilhada por todos, sem exceção: a que estabelecemos com o território.

Todavia, é possível que as vivências territoriais sejam ampliadas, particularmente nas condições atuais. As experiências marcantes, notadamente as que decorrem dos processos migratórios, permitem reformular esse sentimento e fazer com que habitantes preservem identidades com lugares vividos anteriormente. Também é comum cultivar uma segunda nacionalidade, particularmente quando a migração decorreu há bastante tempo e se tonou marco de povoamento.

Pode-se, por exemplo, ao mesmo tempo pertencer a uma territorialidade indígena e brasileira. A rigor não se caracterizam por territorialidades e identidades auto-excludentes, mesmo que possam expressar conflitos decorrentes das condições materiais ou imateriais de seus relacionamentos. Conforme Azanha (apud VARGAS 2008, p. 96-97) os Terena⁴ possuem interesse em “ter o que temos, do ponto de vista material”, sem perder a condição de “ser Terena”. Conforme este relato, eles adaptaram-se às condições da Terra Indígena Buriti, mantendo parte de suas terras e conservando sua identidade. Pelo que se depreende, buscam obter do universo sociopolítico maior aquilo que podem almejar, como o progresso material, e conservam seu universo particular de significados. Não deixa de ser significativo o fato destas identidades – a nacional e a indígena – estarem apoiadas em distintos níveis de territorialidade: a da Terra Indígena e a da Nação.

A experiência humana tem demonstrado, porém, que as maneiras com as quais nos identificamos culturalmente são as mesmas que diferenciam e separam diversos povos e sociedades, como seus territórios, suas histórias, suas ideias, etc. Ou seja, o que é mais comum são as vivências exclusivas – que excluem as outras.

A territorialidade de uma sociedade ou comunidade fortalece o sentimento de coesão social. Por toda extensão da área ocupada se desenvolvem relações pertinentes a um conjunto de significados comuns, de uma mesma vivência compartilhada pelos membros participantes. Embora considerando as diferentes situações vividas nas sociedades modernas, como classe social,

opção religiosa, herança étnica, etc., na mesma territorialidade participa-se de igual conjunto de preceitos legais ou morais (CLAVAL, *op. cit.*, 1999).

A convivência em sociedade, a vida formal, o comportamento público foram construídos por embates inúmeros e a concepção que trazemos e que culminou na vida moderna nos diz que aceitamos conviver com a diferença. Contudo, a manifestação das pessoas no cotidiano nem sempre é regada por normas, podendo advir da espontaneidade e da necessidade de gerar alternativas de vida. Para Michel De Certeau “o mapa demarca, o relato faz a travessia” (2004, p. 215). Demarcar é o que fazem as instituições: especifica-se, elabora-se um código de convivência. Porém, os sentidos corriqueiros, por sua vez, não se baseiam na objetividade.

De um lado somos civilização, sociedade ampla e de outro nos compreendemos em algum nível do comunitário (TÖNNIES, 1944). Cada vez mais a dimensão social ganha ares civilizacionais que extrapolam o nacional, embora sejam neste âmbito que se mantenham as expectativas mais efetivas da vida republicana. Para Jöel Bonnemaïson (*op.cit.*, p. 86), trata-se de uma diferença escalar e não de natureza, sendo as civilizações um âmbito que “contém um número indeterminado de culturas e de sistemas culturais”. O âmbito maior não é exatamente o do costume banal, mas os espaços a que se referem e as ações que se materializam neles reportam-se a imaginações, como universos geográficos em constituições. Por isso, eles precisam ser reportados continuamente para ganharem existência mais precisa (ANDERSON, 1989; CANCLINI, 2003).

A nacionalidade é uma manifestação da construção do social amplo, tendendo a ocupar hegemonicamente o espaço das culturas. Ela tornou-se o mais importante atributo do território de um país. Ela passa a constituir o próprio sentimento de pertencimento e vínculo de um grupo a uma sociedade. Ela anima o poder dessa sociedade, mas não anula os referenciais culturais dos pequenos grupos, das etnias.

Os migrantes, por exemplo, quando constituem um grupo ligado por laços étnicos, tendem a se agregar, a residir numa mesma área. Quando tal área não for uma extensão material efetiva, poderá ser uma área imaginada, formada por encontros, ou simples ideias. Por essa razão, a convivência se fortalece mais ainda, intermediada pelas experiências no novo país. Tendem a ser vistos como estrangeiros.

⁴ Nação indígena que vive em áreas do Mato grosso do Sul, Brasil.

Quando efetivamente territorializados, os lugares ou regiões que habitam se tornam espaços segregados (MARCUSE, 2004), mesmo que todo o código de civilidade esteja sujeito à formação nacional e que os migrantes tenham adquirido a cidadania do novo país. Os laços culturais e sua fixação territorial expressam poder originado da presença coesa de uma cultura. Ainda assim, permanecem restringidos à condição de diferentes, *outsiders*. Neste sentido, Maria Geralda de Almeida (2009, p. 171) fornece interessante exemplo dos brasileiros na cidade de Barcelona, Espanha:

O conflito inicial da maior parte das pessoas imigradas é a ruptura e a desconexão territorial, uma vez que se esvaem as referências simbólicas e territoriais de um país distante. Somente possuem os vínculos virtuais que oferecem a internet e o telefone. É significativa a rede de locutórios disseminada, sobretudo, nos bairros periféricos de Barcelona, e sua grande frequência de migrantes. (...) As relações com a sociedade espanhola envolvem, geralmente, o proprietário do imóvel alugado, os professores da escola e o patrão no local de trabalho. Relações que se situam no estritamente necessário e nos força a reafirmar que essas pessoas imigradas vivem entre territórios.

Outro fator que favorece o aparecimento de novos territórios tem a ver com a mudança do meio, delimitada principalmente pela incorporação de objetos técnicos ao espaço geográfico. É possível considerar qualquer transformação como objeto técnico, como uma casa, uma cerca, uma ponte, uma rede de transmissão elétrica, etc.. Hoje, há um meio muito mais adensado de objetos técnicos, como comunicações por satélite, redes de comunicação rápida com o uso da informática, vias de transporte de alta velocidade, edifícios e habitações que incorporam tecnologia, etc.. Milton Santos (1996)⁵ identifica esta situação como meio técnico científico-informacional

e pode ser entendido por aquilo que condiciona. Assim, se no começo o que condicionava a vida humana era o espaço natural, hoje, além dessas condições existem as técnicas e, dentre estas, aquelas mais aperfeiçoadas, como as tecnologias informacionais. Elas facilitam as conexões e os fluxos. Com elas pode-se ter contato, compartilhar experiências e desenvolver relações econômicas e sociais com realidades antes muito distantes. Ao mesmo tempo, tais tecnologias permitem cada vez mais a nossa individualização e afastamento das experiências locais.

A territorialidade que alguns vivem pode se diferenciar da territorialidade de outros, pois vai depender do meio a que se tem acesso, se ele é pouco ou muito denso de tecnologia e de bens econômicos. Porém, como o acesso ao meio mais técnico, evidentemente, depende das condições socioeconômicas, pode-se dizer que a paisagem e o espaço se transformaram. A população que habita faz parte de ambos, o território correspondente também, porém, há territorialidades que não são comuns a todos, já que dependem de compartilhamentos distintos.

Quando se difunde o uso de uma nova tecnologia difunde-se progresso, mas não significa que ele seja pleno e incorpore todas as pessoas às novas condições. Em função dessa desigualdade, atualmente parte da sociedade apresenta fortes vínculos em âmbito mais global, ao mesmo tempo em que se distancia da territorialidade local, quer dizer, pouco se envolve com as demandas coletivas locais. Em situação oposta, partes significativas da sociedade permanecem “presas” às ofertas do lugar em que vivem.

O efeito mais instigante desse processo é a profusão da condição multi-territorial (HEIDRICH, 2010), que pode ser entendida como a multiplicação de territorialidades em planos diferenciados ocorrendo na mesma extensão. Enquanto isso, as paisagens mantêm a mescla, revelando o agregado de técnica como se falseassem a geografia, como se escondessem as diversas possibilidades de geografias sem diálogo. As territorialidades derivadas das desiguais acessibilidades aos novos meios são, então, possíveis de se revelar em variantes geografias à medida que se elaborem as ideias, os discursos ou até mapas que separem e combinem alternadamente conjuntos de objetos ações da paisagem.

Pode-se depreender da discussão a importância da articulação materialidade-imaterialidade nos rumos das abordagens que envolvem

⁵ Uma outra maneira de refletir sobre o significado do meio é considerá-lo como condição, conforme expôs David Harvey (1992).

geografia e cultura. As feições da geografia e seus significados estão implicados. Gostaria, nesse sentido, de registrar três aspectos que envolvem a noção de que as territorialidades humanas implicam em certa inseparabilidade das dimensões do que é humano, do que se expressa na sua materialidade objetiva: (a) constituindo um poder, uma ocupação, (b) como reprodução da vida que

implica no agir e (c) como sua representação. Mesmo quando se desenrolam a partir de distintas instâncias ou dimensões da sociedade, provocam relações que abarcam realidades integrais das sociedades e dos sujeitos. O território e a territorialidade expressam, como uma feição da(s) geografia(s), essa condição inteira, completa, que se refere ao complexo *forma-ação-representação*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Orgs.) **Geografia e cultura**. Os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiania: Editora Vieira, 2008.

AITKEN, S; VALENTINE, G. (Orgs.) **Approaches to Human Geography**. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2005.

ALMEIDA, M. G. de. “O sonho da conquista do velho mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do viver entre territórios”, In: ALMEIDA, M. G. de; CRUZ, B. N. (Orgs.) **Território e Cultura**. Inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. Goiânia: UFG, 2009, p. 163-174.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989 [1983].

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. A orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004 [1995].

BONNEMAISON, J. **La géographie culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S., 1997.

CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1944].

CLAVAL, P. “O território na transição da pós-modernidade”, In: **Geographia**, vol 1, nº2, 1999, P. 7-26.

———. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

———. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2004 [1990].

DI MÉO et alli. **Les territoires du quotidien**. Paris: L’Harmattan, 1996.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L’espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

DUNCAN, J. S.; JOHNSON, N. C.; SCHEIN, R. H. (Orgs.) **A companion to Cultural Geography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2008 [2004].

GADAMER, H-G. **Verdade e método II**. Compêndios e índice. Petrópolis: Vozes, 2002 [1986].

GIL Fº, S. F. “Geografia Cultural: estrutura e primado das representações” In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, nº. 19-20, Jan/dez. 2005, p. 51-59

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

———. “Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial”, In: HAESBAERT, R.; ARAUJO, F. G. B. (Orgs.) **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Canoas: Editora da ULBRA, 2008.

HEIDRICH, A. L. “Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial”, In: PEREIRA, S. P.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Orgs.) **Teorias e práticas: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25-35.

JOVCHELOVITCH, S. “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais”. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1994].

KOZEL, S.; SILVA, J. C.; GIL Fº, S. F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação**. Reconstruções teóricas da geografia cultural e humanística. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
———. **La presencia y la ausencia**. *Contribución. La teoría de las representaciones*. México: FCE, 2006.

MARCUSE, P. “Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado”, In: **Espaço e debates**. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2004, v. 24, nº 45, p. 24-33.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2008 [2005].

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 [2000].

PAULET, J. P. **Les représentations mentales em géographie**. Paris: Anthropos, 2002.

RAFFESTIN, C. “Repères pour une théorie de la territorialité humaine”. In: DUPUY, Gabriel et alli. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**. Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SACK, R. **Human territoriality**. Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHR, W-D. “Signos e espaço mundos – A semiótica da espacialização na Geografia Cultural” In: KOZEL, S.; SILVA, J. C.; GIL Fº, S. F. (Orgs.) **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007, p. 57-79.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo Hucitec, 1996.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs.) **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Carl “A morfologia das paisagens” In: CORRÊA, R. L. & RPZENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998, p. 12-74.

SERPA, A. (Org.) **Espaços culturais**. Vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

SORRE, M. “A noção de gênero de vida e seu valor atual” In: **Boletim Geográfico**. Nº 172. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1963.

———. “A noção de gênero de vida e seu valor atual” In: **Boletim Geográfico**. Nº 177. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1964.

TIZON, P. “Qu'est-ce Le territoire?” In: DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998, P. 17-34.

TÖNNIES, F. **Communauté et société**. Catégories fondamentales de la sociologie pure. Paris: Presses Universitaires de France, 1944.

VARGAS, I. A. de. “Territorialidades e representações dos Terena da terra Indígena Buriti (MS)” In: SERPA, A. (Org.) **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 91-115

WERLEN, B. “Regionalismo e sociedade política”, In: **Geographia**. Niterói: UFF, vol. 2, nº 4, 2000, p. 7-25.